

do anterior ao da																	
apuração																	
Inativos e Pensionistas	1.456.369,26	1.453.262,58	2.228.710,66	1.480.746,15	2.207.210,06	1.523.865,99	1.479.574,13	1.447.386,99	1.418.559,55	1.385.318,00	1.481.216,46	1.465.938,39	19.028.158,22	0,00	19.028.158,22		
com Recursos Vinculados																	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	24.258.461,62	23.859.972,86	37.705.539,53	25.368.119,52	33.604.726,36	24.261.205,58	24.328.846,94	23.808.990,36	23.927.396,76	24.869.158,59	24.414.303,73	25.110.521,46	315.517.243,31	600.656,85	316.117.900,16		

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidades Responsáveis: SGE, SGCIA e GABDPGF. Data e hora da emissão <20/09/2022 às 15:46>

NOTA: Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser

Informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 1.012, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e o disposto no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1" da LOA-2022 (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), c/c o art. 45, § 1º, inciso III da LDO-2022 (Lei nº 14.194 de 20 de agosto de 2021);

Considerando o Despacho SOF DPGU 5559767;

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.012191/2022-51, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 31.720.613,00 (trinta e um milhões e setecentos e vinte mil e seiscentos e treze reais) ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários para a execução do disposto no Anexo I provêm do cancelamento de dotação conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União										
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR	
			E S F	G N D	R P	M O D	I U E	F T E		
0030	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União									31.720.613
	Atividades									
0030 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	03 422								31.720.613
0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	03 422								31.720.613
			F	3-ODC	1	90	0	100		18.300.000
			F	4-INV	1	90	0	100		13.420.613
TOTAL - FISCAL										31.720.613
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										31.720.613
ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União										
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR	
			E S F	G N D	R P	M O D	I U E	F T E		
0030	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União									31.720.613
	Atividades									
0030 20TP	Ativos Cíveis da União	03 122								31.720.613
0030 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	03 122								31.720.613
			F	1-PES	1	90	0	100		31.720.613
TOTAL - FISCAL										31.720.613
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										31.720.613

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO Nº 256, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 2º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2022.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, por ato ad referendum de seu Presidente, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados referente ao 2º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2022, na forma do anexo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LIRA
Presidente



ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Setembro/2021 a Agosto/2022)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/21	Out/21	Nov/2021	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	374.330.344,14	374.043.031,78	373.768.891,79	619.056.387,23	473.445.504,59	373.891.010,14	375.510.173,19	377.086.131,80	373.728.652,88	402.946.099,84	376.966.244,68	372.545.774,33	4.867.318.246,39	0,00
Pessoal Ativo	227.957.618,93	227.847.268,27	227.408.016,62	390.506.813,64	270.826.652,73	227.233.551,95	228.467.468,21	230.934.283,67	227.369.853,65	257.296.404,57	231.195.745,59	226.975.201,69	2.974.018.879,52	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	187.846.521,74	187.923.730,56	187.531.009,64	310.445.988,00	230.819.385,26	187.405.094,16	188.462.614,64	190.998.882,01	187.612.180,18	217.486.043,57	191.151.218,21	186.937.432,46	2.454.620.100,43	0,00
Obrigações Patronais	40.111.097,19	39.923.537,71	39.877.006,98	80.060.825,64	40.007.267,47	39.828.457,79	40.004.853,57	39.935.401,66	39.757.673,47	39.810.361,00	40.044.527,38	40.037.769,23	519.398.779,09	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	146.372.725,21	146.195.763,51	146.360.875,17	228.549.573,59	202.618.851,86	146.657.458,19	147.042.704,98	146.151.848,13	146.358.799,23	145.649.695,27	145.770.499,09	145.570.572,64	1.893.299.366,87	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	116.078.536,99	115.974.070,47	116.036.393,30	181.324.519,16	161.210.646,06	115.785.406,45	116.343.626,16	115.639.486,10	115.363.552,68	114.855.376,92	114.744.582,35	115.034.501,17	1.498.390.697,81	0,00
Pensões	30.294.188,22	30.221.693,04	30.324.481,87	47.225.054,43	41.408.205,80	30.872.051,74	30.699.078,82	30.512.362,03	30.995.246,55	30.794.318,35	31.025.916,74	30.536.071,47	394.908.669,06	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	13.659.935,98	1.389.216,88	2.305.502,94	4.752.091,84	476.655,42	2.261.020,79	72.984.343,46	74.112.194,71	72.936.866,06	72.543.038,89	74.767.581,49	71.921.035,18	464.109.483,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.988.668,68	1.343.158,79	1.647.956,27	2.833.591,88	4.663,46	1.560.229,08	1.252.578,73	3.426.993,24	2.039.044,76	1.936.597,11	4.325.314,99	1.827.604,02	24.186.401,01	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração (*)	673.092,14	46.058,09	657.546,67	1.745.326,50	471.991,96	700.791,71	1.226.559,27	256.251,01	581.569,00	437.596,18	287.580,99	32.447,98	7.116.811,50	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.998.175,16	0,00	0,00	173.173,46	0,00	0,00	70.505.205,46	70.428.950,46	70.316.252,30	70.168.845,60	70.154.685,51	70.060.983,18	432.806.271,13	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	360.670.408,16	372.653.814,90	371.463.388,85	614.304.295,39	472.968.849,17	371.629.989,35	302.525.829,73	302.973.937,09	300.791.786,82	330.403.060,95	302.198.663,19	300.624.739,15	4.403.208.762,75	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													1.247.128.737.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)													4.403.208.762,75	0,353068
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													15.090.257.717,70	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													14.335.744.831,82	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													13.581.231.945,93	1,089000

FONTE: SIAFI/ME/STN, 14/set/2022, 14:00 hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração: Considera como dedutíveis, em cumprimento do Acórdão nº 3241/2020 - TCU - Plenário, apenas as despesas de exercícios anteriores (DEA) cuja competência não esteja compreendida no período de apuração do relatório.

CELSO DE BARROS CORREIA NETO

Diretor-Geral

LÍLIA RIBEIRO FERNANDES

Secretária de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA

Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

SENADO FEDERAL

ATO Nº 19, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2022"

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e 55, inciso I, alínea "a", e III, alíneas "a" e "b", e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2022, compreendendo a consolidação dos dados de setembro de 2021 a agosto de 2022, na forma dos Anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO PACHECO

